

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MEDIANEIRA – COMAM

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º Este Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM.

Parágrafo único. A expressão Conselho Municipal do Meio Ambiente e a sigla COMAM se equivalem para efeito de referência e comunicação.

CAPÍTULO II – DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 2º O COMAM, instituído como órgão colegiado, tripartite consultivo de assessoramento ao Poder Executivo municipal e deliberativo, no âmbito de sua competência, pela Lei nº 138 de 09 de novembro de 2010, terá suporte técnico administrativo e financeiro, prestado pela Prefeitura de Medianeira, através da Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento, inclusive no tocante às instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

Art. 3º Compete ao COMAM formular e fazer cumprir as diretrizes da Política Ambiental do Município, na forma estabelecida no Art. 4º § 1º da Lei 138/2010 e neste Regimento.

Art. 4º O COMAM compõe-se de:

I - Representantes do Poder Público

- a) Da Administração Pública Municipal: Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento, da Saúde, do Planejamento, de Obras e Serviços Públicos e da Câmara de Vereadores;
- b) De órgãos da administração pública estadual ou federal que tenham em suas atribuições a proteção ambiental ou de saneamento básico e que possuam representação no Município, tais como: IAT, EMATER e SANEPAR.

II - Representantes de Empresas e Associações do Comércio, da Indústria e de Produtores da Agricultura Familiar e Sindicatos com atuação no Município.

III - Representantes de entidades sociais, ambientalistas, de pesquisa e extensão, faculdades, universidades, Ongs, Associação de APMFs, idosos, moradores, comunidades, movimentos sociais e religiosos, etnias e entidades de classe.

Art. 5º Cada membro do COMAM terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento.

Art. 6º O mandato dos membros do COMAM corresponderá ao período de dois anos, permitida uma recondução.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 7º O COMAM tem a seguinte estrutura básica:

I - Diretoria executiva composta pelos seguintes membros, eleitos dentre os integrantes do colegiado:

- a) Presidente
- b) Vice-presidente
- c) Primeiro Secretário
- d) Segundo Secretário
- e) Primeiro Tesoureiro
- f) Segundo Tesoureiro

II - Câmaras Técnicas paritárias, de assuntos específicos ou já determinados neste Regimento, quando constituídas por resoluções de plenário;

III - Plenário - composto por todos os conselheiros titulares e/ou suplentes.

Art. 8º O COMAM será presidido por um de seus membros, que será escolhido pelo Prefeito Municipal para o período de 2(dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os demais integrantes e suplentes da diretoria executiva do COMAM serão escolhidos pelos próprios conselheiros titulares a saber: Vice-Presidente, Primeiro e segundo Secretário e Primeiro e segundo Tesoureiro.

Art. 9º Ao Presidente compete:

I - dirigir os trabalhos do COMAM, convocar e presidir as sessões do Plenário;

II - propor a criação de câmaras técnicas e designar seus membros;

III - dirimir dúvidas relativas à interpretação de normas deste Regimento;

IV - encaminhar a votação de matéria submetida à decisão do Plenário;

V - assinar as atas aprovadas nas reuniões;

VI - encaminhar as decisões do Conselho ao Prefeito, sugerindo os atos administrativos necessários;

VII - designar relatores para temas examinados pelo COMAM;

VIII - dirigir as sessões ou suspendê-las por motivo de força maior, conceder, negar ou cassar a palavra de membro do COMAM a fim de manter a ordem

IX - estabelecer através de Resolução, normas e procedimentos para o funcionamento interno do COMAM;

X - convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto;

XI - delegar atribuições de sua competência;

XII - proferir o voto de qualidade em caso de empate nas votações plenárias;

XIII - conceder título aos servidores públicos ou cidadãos por serviços relevantes prestados à comunidade, após aprovação do Plenário.

Art. 10 Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente em seus impedimentos, exercendo as suas atribuições.

§ 1º Em caso de impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente, assumirá a Presidência o membro mais idoso do COMAM.

§ 2º Caso não haja o aceite do membro mais idoso do COMAM, a definição ficará a critério do plenário.

Art. 11 Compete ao Primeiro Secretário:

I - fornecer suporte e assessoramento técnico ao COMAM nas atividades por ele deliberadas;

II - elaborar as atas das reuniões;

III - organizar os serviços de protocolo, distribuição e arquivos do COMAM;

IV - executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Presidente ou previstas neste Regimento Interno.

Art. 12 Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos, exercendo as suas atribuições.

Art. 13 Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I - apresentar ao plenário a cada trimestre, o relatório das receitas e despesas realizadas junto à Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento referentes ao meio-ambiente;

II - acompanhar junto à Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento os recursos e multas relativos à causa ambiental.

Art. 14 Compete ao Segundo Tesoureiro substituir o Primeiro Tesoureiro em seus impedimentos, exercendo as suas atribuições

Art. 15 O Plenário é o órgão superior de deliberação do COMAM, constituído na forma do Art. 4º deste Regimento.

Art. 16 Ao Plenário compete formular e fazer cumprir as diretrizes da Política Ambiental do Município, na forma estabelecida no art. 4º da Lei 138/2010 neste Regimento.

Art. 17 Compete aos conselheiros:

- I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados;
- II - participar das atividades do COMAM com direito a voz e voto;
- III - debater, propor alterações e deliberar sobre as matérias em discussão;
- IV - requerer informações, providências e esclarecimentos ao presidente sobre os trabalhos do Conselho;
- V - participar ou se fazer representar, das Câmaras Técnicas para as quais forem indicados, com direito a voz e voto, inclusive na condição de suplente;
- VI - integrar as Câmaras Técnicas Permanentes ou Temporárias.

Art. 18 A função de conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento às sessões do Conselho e participação em diligências por ele autorizadas.

Parágrafo único. Serão ressarcidas as despesas de transporte, estadia e alimentação realizadas pelos membros do Conselho no desempenho de atividades inerentes ao mandato, desde que devidamente autorizadas pelo Secretário Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento.

Art. 19 Os membros do COMAM poderão ser substituídos mediante comunicação por escrito da instituição ou autoridade pública à qual estejam vinculados ao Presidente do Conselho, o qual fará a comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art. 20 Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - desvincular-se do órgão ou da entidade que representa;
- II - faltar a 3(três) reuniões consecutivas do colegiado ou 5(cinco) alternadas, sem justificativa, dentro do mesmo ano;
- III - apresentar procedimento incompatível com a dignidade de suas funções;
- IV - for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. A substituição do conselheiro que perder o mandato dar-se-á por deliberação da maioria dos componentes do COMAM, em procedimento iniciado mediante solicitação de qualquer conselheiro, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

Art. 21 Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros efetivos do COMAM serão substituídos automaticamente pelos respectivos suplentes, aos quais caberão, durante o período de substituição, os mesmos direitos e deveres dos titulares.

§ 1º Nos casos de vacância de qualquer um dos membros que compõem a diretoria executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, o titular será substituído pelo vice/suplente, ocorrendo nova eleição para o preenchimento do cargo em aberto, neste caso como novo suplente.

§ 2º A substituição do conselheiro que perder o mandato dar-se-á por indicação do segmento ao qual pertencia.

Art. 22 As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta falta alternada, mediante correspondência da Diretoria do COMAM.

Art. 23 Perderá a representatividade no COMAM a instituição que:

- I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Medianeira;
- II - tiver constatada, em seu funcionamento, irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal;
- III - sofrer penalidades administrativas reconhecidamente graves.

Art. 24 Para seu funcionamento, o COMAM valer-se-á do apoio oferecido pela Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento.

Parágrafo único. O COMAM terá como sede a Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento e suas reuniões serão realizadas em espaço cedido pela Secretaria.

Art. 25 O COMAM é constituído pelas seguintes Câmaras Técnicas:

- I - Educação Ambiental -
- II - Recursos Hídricos e Vegetação;
- III - Resíduos Sólidos;
- IV - Política Ambiental e Legislação.

§ 1º As Câmaras Técnicas serão constituídas por entidades membros do COMAM e/ou outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos e processos em tramitação, em grau de recurso dentro do Município de Medianeira.

§ 2º As Câmaras Técnicas terão caráter permanente ou temporário e serão constituídas mediante a deliberação da maioria simples dos conselheiros presentes.

§ 3º As Câmaras Técnicas serão compostas por no mínimo três membros, devendo ser observada a participação das instituições, poder público e representantes da sociedade civil organizada.

§ 4º Os membros das Câmaras Técnicas terão mandato de dois anos, podendo ser renovado.

§ 5º Caberá à Presidência nomear os presidentes das Câmaras Técnicas.

§ 6º As Câmaras Técnicas terão prazo definido para realizar o seu trabalho, sendo eleito um coordenador entre seus membros e designado um relator para cada processo específico.

§ 7º As demais comissões que vierem a ser criadas, deverão estabelecer normas internas de funcionamento, seguindo as disposições deste Regimento em consonância com o COMAM.

Art. 26 Para melhor desempenho de suas funções, o COMAM poderá recorrer á pessoas ou entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradoras do COMAM as instituições formadoras de recursos humanos para o meio ambiente e as entidades representativas de profissionais da área ambiental e administração pública, sem embargo de sua condição de membros;

II - poderão ser convidados profissionais ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal do Meio Ambiente, sem embargo de sua condição de membros.

CAPÍTULO IV – DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 27 O COMAM tomará as suas decisões em reuniões plenárias, mediante votação, nos termos deste Regimento Interno.

§ 1º As reuniões plenárias poderão ser ordinárias e extraordinárias;

§ 2º As reuniões ordinárias serão mensais, sendo realizadas preferencialmente na última semana do mês;

§ 3º As reuniões extraordinárias serão realizadas por convocação do presidente e/ou por escrito, por um terço de seus membros, no mínimo, sendo vedados debates ou deliberações a respeito de matéria não contemplada, expressa previamente na convocação.

§ 4º As reuniões extraordinárias serão convocadas dentro do prazo de até 48 horas de antecedência.

Art. 28 As reuniões terão sua pauta preparada pelo presidente, na qual constará necessariamente:

I - abertura da sessão e votação da ata da reunião anterior;

II - leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia;

III - deliberações;

IV - palavra livre;

V - encerramento.

§ 1º As sugestões de assuntos a constar na pauta das reuniões, deverão ser encaminhadas, via correio eletrônico e/ou por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, preferencialmente.

§ 2º A pauta deve ser comunicada no início de cada reunião.

§ 3º A ata da reunião anterior deverá ser enviada anteriormente, dentro do prazo de 48(quarenta e oito) horas à reunião, para a devida análise dos conselheiros.

Art. 29 As reuniões iniciarão com a presença da maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) de seus membros e terão a duração de até duas horas, podendo haver prorrogação por mais 30 minutos.

§ 1º estando presentes os conselheiros titulares, as reuniões serão facultadas aos respectivos conselheiros suplentes, que terão somente direito a voz e não contarão para quórum regimental;

§ 2º haverá tolerância de 15(quinze) minutos para se estabelecer o quórum para se iniciar a reunião;

§ 3º não havendo quórum regimental, a reunião será suspensa e as entidades que não estiverem presentes serão consideradas faltosas.

Art. 30 As reuniões do COMAM deverão ser abertas à participação de qualquer cidadão ou entidade interessada, como observadora.

Art. 31 As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, sendo estes componentes titulares do Conselho, ressalvado o disposto no Artigo 37, deste Regimento Interno.

Art. 32 Fica assegurado a cada membro do COMAM o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, porém uma vez encaminhado para votação, o mesmo não poderá voltar a ser discutido no seu mérito.

Art. 33 Cada membro do COMAM, na qualidade de titular, terá direito a um único voto.

§ 1º As deliberações do Conselho serão definidas através de voto nominal;

§ 2º O presidente exercerá o direito de voto pessoal e o de qualidade, para decidir casos de empate nas votações.

Art. 34 As decisões do COMAM serão consubstanciadas em resoluções.

Parágrafo único. O teor das resoluções deverá ser formulado e aprovado durante a respectiva reunião.

Art. 35 A ata de cada reunião, a cargo do secretário, será transcrita no livro de atas próprio, formalmente aprovada e assinada pelos presentes em tal reunião, no início da reunião subsequente.

Parágrafo único. Os temas tratados e as resoluções baixadas pelo COMAM serão amplamente divulgados no site da Prefeitura Municipal ou através de boletim informativo próprio, impresso ou digital.

Art. 36 Bienalmente será realizada conferência ou Fórum Municipal de Meio Ambiente, sob a coordenação do COMAM, para apresentação e discussão das diretrizes da política municipal.

Art. 37 O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo ou em parte, em reunião plenária extraordinária, convocada para este fim específico, mediante voto favorável de no mínimo dois terços de seu quórum máximo.

Parágrafo único. Propostas de alteração poderão ser apresentadas por qualquer membro, devendo, porém, para entrar em discussão, ter a assinatura de pelo menos um terço dos membros do COMAM.

Art.38 Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos em reunião ordinária.

Art. 39 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 26 de janeiro de 2023.

Antonio França Benjamim
Prefeito

Eduardo Ziglioli
Presidente do Conselho do Meio Ambiente
2022/2023